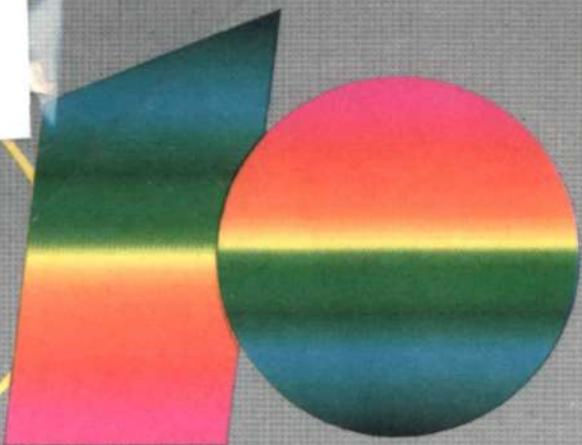


CIBEC/INEP



B0030636



EDUCAÇÃO PARA TODOS:

A Conferência de Nova Delhi

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Gabinete do Ministro

7.014.5
823e

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
Itamar Augusto Cautiero Franco

Ministro de Estado da Educação e do Desporto
Murílio de Avellar Hingel

MEC/INEP/CIBEC

EDUCAÇÃO
PARA TODOS:
A Conferência de Nova Delhi

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

Brasília — 1994

SUMÁRIO

- Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Professor Murílio de Avellar Hingel, Ministro de Estado da Educação e do Desporto em nome do Excelentíssimo Senhor Doutor Itamar Franco, Presidente da República Federativa do Brasil.....7
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Professor Murílio de Avellar Hingel, Ministro de Estado de Educação e do Desporto - Painei temático: População feminina, infantil e adulta, e a sua habilitação no campo educacional.....13
- Declaração de Nova Delhi.....17
- Cúpula "Educação para todos" (EFA) - Guia de Ação.....21
- Discurso do Excelentíssimo Senhor Diretor Geral da UNESCO sobre Educação para Todos.....35

INTRODUÇÃO

A Conferência de Cúpula de Nova Delhi, Índia, realizada no período de 13 a 16.12.93, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações para Atividades da População (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) teve o objetivo de dar continuidade ao debate mundial sobre a política de educação para todos, iniciada em 1990 (Conferência de Jomtien, Tailândia), entre os 9 (nove) países em desenvolvimento mais populosos (Brasil, China, México, Índia, Paquistão, Bangladesh, Egito, Nigéria e Indonésia - EFA 9).

O Brasil esteve presente a este importante evento*, participando ativamente dos diversos painéis programados e contribuindo para o texto final da Declaração de Nova Delhi e do Guia de Ação, ambos aprovados pelos Chefes de Estado/Governo ou seus representantes. Além disso, o Brasil apresentou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), elaborado durante o ano de 1993, após um amplo debate em todo o território nacional.

As teses centrais da Declaração de Nova Delhi e do Guia de Ação coincidem com as que são defendidas pelo Plano Decenal. A rigor, são teses consensuais que expressam o anseio e a necessidade de assegurar a todas as crianças, jovens e adultos, conhecimentos básicos indispensáveis a uma vida plena e produtiva, que constitui a pedra angular de um regime autenticamente democrático. Nunca a democracia precisou tanto da educação como nos dias de hoje. O diálogo em todos os seus níveis e esferas, entre as pessoas, entre as nações, requer um patamar mínimo de conhecimento e cultura. A isto adicione-se o imperativo contemporâneo a que estão sujeitos todos os países, isto é, sem uma base comum de educação e conhecimento, a expansão do processo produtivo e do trabalho estarão prejudicados, comprometendo a própria aspiração de cidadania plena. Conhecimento e cidadania passam a ser um binômio indissociável.

O Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) representa uma possibilidade efetiva de recuperação de educação pública brasileira. Suas diretrizes e estratégias de implementação, concebidas da periferia para o centro, em movimento inverso ao tradicional, indicam nova direção e começam a alterar, de forma substantiva, o atual cenário educacional brasileiro, edificando em novas bases uma escola de qualidade.

No contexto desta política, a construção de alianças e o consenso nacional constituem fatores importantes, como bem enfatiza o Guia de Ação de Nova Delhi. É fundamental que a meta de educação para todos seja socialmente percebida como primeira prioridade do País, buscando "a criação de uma sociedade em aprendizagem."

O Ministério da Educação e do Desporto, ao reunir e divulgar, nesta publicação, os textos principais de Nova Delhi, tem o objetivo de colocar à disposição dos sistemas estaduais e municipais de educação, das universidades e das entidades representativas da sociedade civil, os compromissos públicos firmados pela comunidade internacional e pelo governo

* A Delegação Brasileira foi chefiada pelo Ministro da Educação e do Desporto, Professor Murílio de Avellar Hingel e integrada pelas seguintes pessoas: Ministro Ricardo Luiz Viana de Carvalho, da Representação do Brasil junto à UNESCO (Paris), Professora Maria Aglaê de Medeiros Machado, Secretária de Educação Fundamental, Dr. Cleto de Assis, Secretário de Programas Educacionais Especiais, e Dr. Célio da Cunha, Diretor de Políticas Educacionais.

brasileiro, na expectativa de que venham a fortalecer o movimento de atenção integral à criança e ao adolescente e de educação de qualidade para todos que se instaura no País.

Murílio de Avellar Hingel
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Professor Murílio de Avellar Hingel, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em nome do Excelentíssimo Senhor Doutor Itamar Franco, Presidente da República Federativa do Brasil, na Solenidade de Encerramento da Cúpula de Nova Delhi sobre Educação Para Todos, em 16 de Dezembro de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da Indonésia,
Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro da Índia,
Excelentíssimos Senhores Chefes de Delegação,
Excelentíssimos Senhores Diretores da UNESCO, do UNICEF e do FNUAP,
Senhoras e Senhores,

Em nome do presidente da República Federativa do Brasil, doutor Itamar Franco, desejo manifestar minha especial satisfação em ter participado da cúpula de Nova Delhi sobre Educação para Todos. Estou convencido de que os trabalhos aqui desenvolvidos atingiram plenamente seus objetivos, o que demonstra a riqueza das possibilidades do diálogo entre as nações.

Quero registrar nossas congratulações ao Governo da Índia pela magnífica organização do evento, que determinou o bom andamento dos trabalhos e o sucesso dos resultados. Levaremos bem gravada a amável hospitalidade de nossos anfitriões, que nos fizeram sentir como se estivéssemos em nossa própria casa.

Em Nova Delhi confirmamos a crença na condução dos desafios internacionais pela via da negociação e da cooperação. O mundo contemporâneo, ainda tão povoado por imagens de exclusão e marcado pelas reminiscências dos tempos dos nacionalismos e das intolerâncias, encontra nessa cúpula uma referência de esperança.

Com efeito, a entropia internacional dos dias atuais necessita ceder lugar à ordem da paz e da plena compreensão entre os povos. A educação aparece, assim, como o grande caminho. A Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, de 1990, representa avanço significativo no consenso mundial sobre uma nova visão da educação.

A conquista dos compromissos internacionais de Jomtien e Nova Delhi nos permitem ver um mundo mais solidário, sem distinções de qualquer tipo. A Cúpula de Nova Delhi sobre Educação para Todos acaba de demonstrar que a prática superou o discurso e que o isolamento cedeu lugar ao entendimento internacional.

No Brasil, estamos entusiasmados com o compromisso assumido em Jomtien e determinados a consolidar as novas conclusões de Nova Delhi, não só no interior do governo mas, sobretudo, no âmbito da sociedade.

Na verdade, o país assumiu como sua a tarefa da educação para todos. O sistema educacional brasileiro está em busca do tempo perdido. Os desafios são de grande envergadura e procuram contemplar as legítimas reivindicações de uma sociedade crescentemente organizada.

O setor público brasileiro vem procurando cumprir sua missão redistributiva, tanto no nível nacional, favorecendo as regiões mais pobres, como em cada unidade federada, em um país com 8 milhões e meio de quilômetros quadrados e uma população em torno de 150 milhões de habitantes, distribuída em quase cinco mil municípios.

Cumprindo suas funções normativas, o Ministério da Educação e do Desporto procura induzir as administrações locais e os agentes particulares a agir coordenadamente, no sentido da valorização da prática educativa.

A tarefa, no Brasil, por sua magnitude, deve ser encarada como responsabilidade de todos

- governos federal, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, universidades, comunidade científica, instituições sociais de natureza diversa, enfim, toda a sociedade brasileira.

A partir dessa premissa é que se formulou o Plano Decenal brasileiro de Educação para Todos. Seu ponto de partida são os princípios contidos na Declaração de Jomtien, como Compromisso Nacional de Educação para Todos, celebrado em Brasília em maio do ano em curso. Ao elaborá-lo um grupo representativo do sistema educacional brasileiro, com valioso apoio de instituições nacionais e internacionais - como UNESCO e UNICEF-, propôs um conjunto de diretrizes que deverão orientar a educação brasileira.

Assim nasceu o Plano Decenal. Todos os passos subsequentes de sua elaboração obedeceram à mesma estratégia participativa e democrática, que balizará sua execução.

A sociedade brasileira sabe que, no mundo moderno, importa mais a qualidade dos recursos humanos que o tamanho da população, a extensão do território ou a abundância de recursos naturais. É que esta qualidade somente se obtém se formos capazes de assegurar a todos educação básica adequada

Universalizar com qualidade - é este o objetivo-síntese do Plano Decenal de Educação para Todos. Seu êxito significará que, em um decênio, o País terá conseguido inscrever-se no novo cenário mundial, no qual a qualidade sobrepõe-se à quantidade.

De forma simples e direta o Plano fixa como objetivos gerais:

- 1) satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, no que concerne ao desenvolvimento individual e coletivo e ao pleno exercício da cidadania;
- 2) universalizar, com equidade e qualidade, as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento;
- 3) fortalecer as parcerias entre as instituições públicas e privadas, abrindo espaços à participação comunitária;
- 4) ampliar e racionalizar os recursos financeiros para manutenção e aprimoramento qualitativo da educação básica; e
- 5) expandir as oportunidades de cooperação e intercâmbio internacional.

Um conjunto de metas, necessariamente ambiciosas, porém factíveis, orienta a trajetória de consecução desses objetivos:

- 1) elevar a 94% a cobertura da população em idade escolar;
- 2) aumentar em 50% os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum;
- 3) melhorar o fluxo escolar, reduzindo as repetências, de maneira que 80% dos alunos concluam o ensino fundamental com bom aproveitamento;
- 4) estender o atendimento da educação infantil a mais de 3,2 milhões de crianças;
- 5) ampliar a cobertura do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente a 1,2 milhão de crianças das áreas urbanas periféricas; e
- 6) oferecer educação básica equivalente às quatro séries do ensino fundamental a 3,7 milhões de analfabetos e a 4,6 milhões de adultos subescolarizados, com prioridade para a faixa etária dos 15 aos 29 anos.

A estratégia traçada para o alcance desses objetivos e metas prevê a atuação simultânea em duas grandes linhas.

A primeira é a ação sobre a demanda e visa a motivar e conquistar apoios sociais para a educação.

A segunda, de atuação sobre a oferta, fundamenta-se no binômio qualidade e equidade e visa a atingir novos padrões educacionais.

Essa estratégia desenvolver-se-á mediante estabelecimento de padrões de qualidade, a fixação de conteúdos curriculares mínimos, a valorização do magistério, a modernização da gestão educacional, a eliminação das desigualdades, o estímulo às práticas inovadoras e a melhoria do acesso e permanência na escola.

Para desenvolver essa estratégia conta o Brasil com diversos instrumentos, entre os quais o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA),

Este programa orienta-se por uma ação inovadora, que tem por fulcro a pedagogia da atenção integral. Procura-se reunir, em um mesmo espaço e tempo, o conjunto de meios indispensáveis ao pleno desenvolvimento da criança - ações de saúde, creche, pré- escola, educação escolar, esporte, lazer, cultura, educação para o trabalho e alimentação.

Senhoras e Senhores,

Na condição de representante do Excelentíssimo doutor Itamar Franco, presidente da República, tenho a grata satisfação de afirmar que o Plano Decenal de Educação para Todos do Brasil deve ser visto como um compromisso de garantir educação básica de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos.

Levamos de Nova Delhi os melhores resultados deste encontro. Isso se deve à rica troca de experiências e à seriedade dos pronunciamentos e propostas dos representantes dos nove países, dos observadores de outras nações e dos organismos internacionais que fazem o importante enlace do Programa de Educação para Todos.

O Brasil tem plena consciência de que o investimento em educação básica representa, na hierarquia das prioridades de uma nação, a alternativa mais segura de conduzir o desenvolvimento de um povo em direção à cidadania plena condição maior para o advento de um cenário internacional mais humano e mais digno.

Muito obrigado.

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PROFESSOR MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL,
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
DESPORTO, NO PAINEL TEMÁTICO DA CÚPULA DE
NOVA DELHI SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS
- DEZEMBRO DE 1993 -

PAINEL 3: POPULAÇÃO FEMININA, INFANTIL E
ADULTA, E A SUA HABILITAÇÃO NO
CAMPO EDUCACIONAL

(GIRL'S AND WOMEN'S EDUCATION,
WOMEN'S EMPOWERMENT AND
POPULATION ISSUES)

Desejo, em primeiro lugar, manifestar minha especial satisfação ao abordar, neste terceiro painel, tema relevante para os países em desenvolvimento, também uma preocupação do governo e da sociedade brasileira que participa cada vez mais da condução dos destinos do País.

2. Está em curso na nação brasileira uma intensa discussão sobre a situação da mulher, o que tem propiciado diálogo frutífero e enriquecedor entre as instâncias sociais e governamentais interessadas na área. Diálogo que consideramos imprescindível para avanços reais e duradouros nesse campo.

3. É preciso não esquecer que as mulheres constituem mais da metade da população mundial. E que é impossível negar o potencial de sua contribuição para o desenvolvimento e a felicidade dos povos. Ao mesmo tempo, é dever do Estado e da sociedade propiciar à mulher as condições, de que infelizmente ainda carece, para realizar plenamente suas potencialidades. Há algum tempo, empenha-se o Brasil em estabelecer programas capazes de eliminar as barreiras sociais e culturais que têm excluído mulheres e meninas dos programas regulares de educação, bem como de promover a igualdade de oportunidades em todos os aspectos de suas vidas.

4. O Brasil aproxima-se do novo milênio com uma renda per capita de US\$ 2,020,00. Conforme dados do Banco Mundial, ostenta uma das dez maiores economias do mundo. Mas, paradoxalmente, expõe também uma das mais iníquas distribuições de renda. Cerca de 30% da população brasileira (quase 44 milhões de pessoas) encontram-se na chamada pobreza absoluta - indicada pela renda monetária média familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo hoje vigente no País, ou seja, cerca de US\$ 18.00. Entre as diferentes regiões, a renda também não se reparte de forma equilibrada, havendo vasta porção de território - o Nordeste - com graves problemas econômicos e sociais.

5. Esta situação castiga mais drasticamente os estratos mais fracos, entre eles as mulheres. E embora se reconheça que a solução do problema da pobreza como um todo está além do alcance do sistema educacional, deve-se também admitir que a educação se apresenta, nessas condições, como um dos mais importantes instrumentos para modificar a realidade.

6. Nas últimas quatro décadas, o País realizou grande esforço para integrar ao sistema educacional, em período de elevado crescimento demográfico, quase toda a população na faixa de 7 a 14 anos. No início dos anos 60 apenas 45% dessa população freqüentavam escola; em 1980, o percentual elevou-se para 80% e, em 1990, atingiu 86,9%.

7. Entre 1950 e 1970, a população crescia, no conjunto, a um ritmo de 3% ao ano. Os fluxos migratórios do campo para as cidades faziam com que o contingente demográfico urbano aumentasse a taxas superiores a 5%.

8. Desde meados da década de 70, no entanto, tem diminuído a taxa de fertilidade e, em decorrência, o crescimento da faixa etária em idade escolar. Os grupos de 0 a 4 e de 5 a 14 anos mostram tendência a reduzir seu porte, com taxa de crescimento anual inferior a 0,5%. Prevê-se, portanto, para os próximos anos, decréscimo na procuração de vagas no ensino fundamental, embora ainda reste grande número de adolescentes, jovens e adultos a se integrar ao sistema.

9. Em função do compromisso assumido em Jomtien, sintetizado na Declaração Mundial de Educação Para Todos, realizaram-se em todo o Brasil debates sobre os problemas mais importantes na área da educação, bem como as alternativas estratégicas para enfrentá-los. As contribuições assim obtidas foram consolidadas durante a Semana Nacional de Educação Para

Todos, realizada em Brasília em maio do corrente ano e incluídas no processo de elaboração do Plano Decenal.

10. É importante ressaltar que, ao encerrar-se aquela Semana, os representantes das três esferas de governo - federal, estadual e municipal - firmaram o Compromisso Nacional de Educação Para Todos, que estabelece diretrizes norteadoras da elaboração das políticas de educação para os próximos anos. A participação de entidades da sociedade civil nesses trabalhos ampliou a representatividade social da iniciativa.

11. Nesse contexto, a participação social da mulher no Brasil se amplia de modo significativo. Um bom indicador desse fenômeno é a crescente presença feminina no mercado de trabalho. Ainda que muitas vezes esse ingresso ocorra em condições menos favoráveis que as dos homens - quanto à função e quanto à remuneração - isto garante à mulher os benefícios da legislação trabalhista.

12. No que se refere propriamente à educação, o quadro já apresenta traços mais alentadores. A taxa de alfabetização feminina é superior à masculina. As mulheres constituem a maioria da população escolar em todos os níveis de ensino. O número de alunas no ensino superior aumentou intensamente nas duas últimas décadas (os últimos dados sobre a distribuição da população universitária indicam que, de um total de 1.665.932 estudantes, 871.550 (52,3%) são mulheres. As mulheres obtêm melhor aproveitamento escolar e permanecem por mais tempo na escola.

13. Situação semelhante ocorre na educação secundária com nítido crescimento da participação relativa da mulher. Na década dos 80 o crescimento do número de mulheres na escola de segundo grau foi de cerca de 30%, contra 9% dos homens. Hoje, a população feminina nessas escolas atinge 2.134.586 alunas (56% do total), contra 1.626.349 homens.

14. A extensão da escolaridade às mulheres cria oportunidades pelo menos equivalentes às oferecidas aos homens. E a mulher, ao alcançar maior nível de escolaridade, assume papel mais destacado no grupo familiar, contribuindo para melhoria dos padrões de saúde e educação da família.

15. Homens e mulheres apresentam no Brasil perfil educacional quase idêntico, do ponto de vista quantitativo. E é exatamente esta a razão pela qual um e outro sexo sofrem a mesma deficiência. São os homens e mulheres de menor renda que vivem em áreas rurais e sobretudo as menos desenvolvidas e na periferia das grandes cidades, que enfrentam maiores dificuldades no aproveitamento escolar.

16. Não podemos afirmar, entretanto, que a escola brasileira tenha superado plenamente, no plano da qualidade de ensino, as discriminações contra as mulheres. Na verdade, as novas concepções da relação igualitária entre homens e mulheres ainda não foram incorporadas à grade curricular e aos textos didáticos.

17. Uma segunda dimensão refere-se ao lugar da mulher no sistema de ensino. As trajetórias escolares de homens e mulheres divergem: as carreiras de natureza científica e técnica na área das ciências exatas, são predominantemente freqüentadas por homens, e as de humanidades por mulheres, em particular o magistério.

18. Essas trajetórias divergentes, além de impactos desfavoráveis no desenvolvimento psicológico e social da juventude brasileira, refletem-se no mercado de trabalho, com nítida

desvantagem para as mulheres.

19. A efetiva profissionalização do magistério, principalmente daquele que atua com crianças e púberes, é indispensável. É nesse campo que se pode perceber como uma ação de apoio à igualdade de oportunidades entre os sexos beneficiaria não apenas as mulheres, mas também a sociedade em geral.

20. Há outros aspectos relevantes que gostaríamos de destacar, porque revelam o esforço do governo e da sociedade brasileira. Nossa Constituição de 1988 consagra postulados extremamente avançados no que diz respeito à educação e à atenção à criança, mesmo na idade anterior à da escolaridade obrigatória, matéria que se relaciona não apenas aos direitos da criança, mas também dos pais e, em particular das mães, ao trabalho e ao estudo. A inclusão da creche e da pré-escola na área de competência da educação, bem como a descentralização na gestão desses serviços, são ganhos incontestáveis do preceito constitucional.

21. Ainda no curso de 1993, nova Lei, em tramitação no Congresso Nacional, sobre a educação no Brasil (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), já aprovada pela Câmara dos Deputados, vem trazer boas perspectivas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Outra Lei federal importante para o tema aqui abordado é a que se refere as relações no trabalho e que vem superar concepções arcaicas sobre a condição das mulheres e crianças.

22. Para concluir, gostaríamos de reiterar que, no Brasil, desde meados da década dos 70, diminui a taxa de fertilidade. Isto se reflete no crescimento da população como um todo e indica que estamos superando o problema do crescimento demográfico explosivo.

23. A mulher educada e responsável estará em condições de planejar sua vida e seu destino. A educação de moças e mulheres é importante na constituição da própria cidadania. Essa é uma tarefa para todos, que deve envolver Estado e sociedade, em simbiose democrática e rica para a construção da personalidade.

24. Caminhamos para a sólida parceria entre a sociedade e os gestores da educação no Brasil, capaz, de elevar a população, ainda no início do próximo milênio, à condição de liberdade e responsabilidade que só a educação e a cultura podem propiciar.

A DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI

1. Nós, os líderes dos nove países em desenvolvimento de maior população do mundo, reiteramos por esta Declaração nosso compromisso de buscar com zelo e determinação as metas definidas pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos e pela Cúpula Mundial da Criança, realizadas em 1990, de atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos os nossos povos tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos. Assim fazemos com consciência plena que nossos países abrigam mais do que a metade da população mundial e que o sucesso de nossos esforços é crucial à obtenção da meta global de educação para todos.

2. RECONHECEMOS que:

- 2.1 as aspirações e metas de desenvolvimento de nossos países serão atendidas somente através da garantia de educação para todos os nossos povos, direito este assegurado tanto pela Declaração Universal dos Direitos do Homem quanto pelas constituições e leis de cada um de nossos países;
- 2.2 a educação é o instrumento preeminente de promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural;
- 2.3 os sistemas educacionais dos nossos países já alcançaram progressos importantes na oferta de educação a contingentes substanciais da nossa população, mas ainda não foram plenamente sucedidos os esforços de proporcionar uma educação de qualidade a todos os nossos povos, o que indica a necessidade de desenvolvermos enfoques criativos tanto dentro quanto fora dos sistemas formais;
- 2.4 os conteúdos e métodos de educação precisam ser desenvolvidos para servir às necessidades básicas de aprendizagem dos indivíduos e das sociedades, proporcionando-lhes o poder de enfrentar seus problemas mais urgentes - combate à pobreza, aumento da produtividade, melhora das condições de vida e proteção ao meio ambiente - e permitindo que assumam seu papel por direito na construção de sociedades democráticas e no enriquecimento de sua herança cultural;
- 2.5 os programas educacionais bem sucedidos exigem ações complementares e convergentes, no contexto do papel da família e da comunidade, nas áreas de nutrição adequada, cuidados efetivos da saúde e cuidado e desenvolvimento apropriado para crianças pequenas;
- 2.6 a educação e a incorporação plena de mulheres jovens e adultas à sociedade são metas importantes em si e elementos chaves do processo de desenvolvimento do bem-estar social, da educação de gerações presentes e futuras e da diversificação das opções disponíveis à mulher para o desenvolvimento de todo o seu potencial;
- 2.7 pressões demográficas impõem um ônus por demais pesado à capacidade dos sistemas educacionais e impedem as reformas e melhorias necessárias; além do mais, dada a estrutura etária dos nossos países, esse processo continuará no decorrer da próxima década;
- 2.8 a educação é - e tem que ser - responsabilidade da sociedade, englobando igualmente os governos, as famílias, as comunidades e as organizações não-governamentais, exige o compromisso e a participação de todos numa grande aliança que transcenda a diversidade de opiniões e posições políticas.

3. CIENTES do papel vital que a educação terá que cumprir no desenvolvimento das nossas sociedades, asseveramos por esta Declaração que até o ano 2000 ou o mais rapidamente possível:
 - 3.1 garantiremos a toda criança uma vaga em uma escola ou em um programa educacional adequado às suas capacidades, para que a educação não seja negada a uma só criança por falta de professor, material didático ou espaço adequado—fazemos essa promessa em cumprimento ao compromisso assumido na Convenção sobre os Direitos da Criança que ratificamos;
 - 3.2 consolidaremos esforços dirigidos à educação básica de jovens e adultos proporcionada por entidades públicas e privadas, melhorando e ampliando nossos programas de alfabetização e educação de adultos no contexto de uma estratégia integrada de educação básica para todo o nosso povo;
 - 3.3 eliminaremos disparidades de acesso à educação básica em função de sexo, idade, renda, família, diferenças culturais, étnicas e lingüísticas, e distância geográfica;
 - 3.4 melhoraremos a qualidade e relevância dos programas de educação básica através da intensificação de esforços para aperfeiçoar o "status", o treinamento e as condições de trabalho do magistério; melhorar os conteúdos educacionais e o material didático e implementar outras reformas necessárias aos nossos sistemas educacionais;
 - 3.5 em todas as nossas ações, em nível nacional e em todos os níveis, atribuiremos a mais alta prioridade ao desenvolvimento humano, assegurando que uma parcela crescente dos recursos nacionais e comunitários seja canalizada à educação básica e melhoria do gerenciamento dos recursos educacionais agora disponíveis;
 - 3.6 mobilizaremos todos os setores de nossas sociedades em prol da educação para todos, endossando por este instrumento o Projeto de Ação que acompanha esta Declaração e nos comprometendo a revisar nosso progresso a nível nacional e a compartilhar nossas experiências entre nós e com a comunidade global.
4. PORTANTO, convocamos:
 - 4.1 os colaboradores internacionais para que aumentem substancialmente o apoio prestado ao nosso esforço de ampliar nossas capacidades nacionais em benefício da expansão e melhoria dos serviços de educação básica;
 - 4.2 as instituições financeiras internacionais para que, sob o prisma de ajustes estruturais, reconheçam a educação como investimento crítico isento da imposição de tetos preestabelecidos e que promovam um clima internacional capaz de permitir aos países sustentar seu desenvolvimento sócio-econômico;
 - 4.3 a comunidade de nações para que se junte a nós na reafirmação do nosso compromisso com a meta de educação para todos e na intensificação de seus esforços para alcançarmos nossa meta até o ano 2000 ou o mais breve possível.

EM CONFORMIDADE com o que foi aprovado por aclamação em Nova Delhi em 16 de dezembro de 1993 e em testemunho da promessa e do compromisso assumidos, afixamos individualmente a esta Declaração nossas respectivas assinaturas.

Indonésia

Prof. Dr. Ing Wardiman Djojonegoro
Ministro da Educação e Cultura

México

Exmo. Sr. Javier Barros Valero
Subsecretário (Representante do Ministro)
de Pesquisa Científica e Educação de
Ensino Superior

China

Exmo. Sr. Li Lanqing
Vice-Chefe do Conselho de Estado

Nigéria

Dr. Iyorchia Ayu
Ministro da Educação e do
Desenvolvimento para a Juventude

Bangladesh

Exmo. Sr. Barrister Jamiruddin Sircar
Ministro da Educação

Paquistão

Exma. Sra. Shahnaz Wazir Ali
Assistente Especial do Primeiro-Ministro
para Assuntos Sociais (Educação)

Brasil

Exmo. Sr. Murílio de Avellar Hingel
Ministro da Educação e do Desporto

Índia

Exmo. Sr. Shri P. V. Narasimha Rao
Primeiro-Ministro

Egito

Exmo. Sr. Prof. Hussein Kamel
Bahaa El-Din
Ministro da Educação

CÚPULA "EDUCAÇÃO PARA TODOS" (EFA-9) DOS
NOVE PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO MAIS POPULOSOS

GUIA DE AÇÃO

Este guia de ação do Movimento de Educação para Todos (EFA-9) visa a ajudar os diversos países a implementarem a Declaração de Nova Delhi, adotada pela Cúpula EFA dos Nove Países em Desenvolvimento de Maior População. Identifica as dificuldades mais significativas enfrentadas por países de grande população, sugere prioridades e estratégias para planos nacionais de ação, fundamentados nos compromissos expressos na Declaração de Nova Delhi e aponta possíveis áreas de cooperação em nível internacional.

I. Questões Chaves

Os nove países variam consideravelmente entre si na sua capacidade de proporcionar instrução a todos os seus cidadãos. Vários já se encontram próximos a oferecer oportunidades de educação básica - especialmente de primeiro grau - a toda a sua população. Não obstante a diversidade entre os nove, há certas oportunidades, desafios e questões que todos resolveram enfrentar:

Acesso à educação básica - educação primária e de adultos: Existem dois indicadores básicos do nível de acesso de crianças à educação: a relação líquida entre matrículas no primeiro grau e a população de idade escolar (por faixa etária específica) e a taxa de conclusão do primeiro grau. Com base nesses critérios, pelo menos seis dos nove países encontram-se a uma distância considerável da meta de educação primária universal (UPE). No caso de adolescentes e adultos, o indicador fundamental é a taxa de analfabetismo, que permanece alta na maioria dos nove países. Assim, tornar a educação básica disponível a todos exige uma dupla linha de ação. De um lado, medidas vigorosas para ampliar a educação primária e melhorar a capacidade do sistema educacional de manter os alunos na escola e assim atenuar taxas futuras de analfabetismo. Por outro lado, programas bem direcionados de alfabetização funcional e de educação para adultos são necessários para atender às necessidades do contingente de adolescentes e adultos que não tiveram ou não aproveitaram oportunidades educacionais no passado. Recomenda-se iniciativas permanentes de mobilização em nível de comunidade, bem como a democratização de acesso em alguns países.

Disparidade de acesso: A maior causa de disparidades de acesso é o sexo dos alunos, um problema grave em pelo menos seis dos nove países, onde matrículas de moças encontram-se entre dez e trinta pontos de porcentagem abaixo do nível de matrículas de alunos masculinos. Uma disparidade similar é evidente nas taxas de alfabetização adulta. Outros fatores que também contribuem para a disparidade de acesso, tais como distância geográfica, diversidade cultural e outras desvantagens específicas - como, por exemplo, crianças que precisam trabalhar e outras com necessidades especiais de aprendizagem - também exigem soluções. Em diversos países, programas inovadores e a utilização apropriada de projetos de educação a distância começam a demonstrar seu potencial.

Qualidade de educação e resultados de aprendizagem: As crianças que concluem o primeiro ciclo nem sempre dominam as habilidades essenciais à aprendizagem e exigidas pela vida. A Conferência Mundial de Educação para Todos propôs que progresso em busca da meta de educação para todos fosse medido em termos tanto de acesso quanto de resultados. Numerosos fatores medem o que e quanto se aprende na escola. Por exemplo, o domínio das habilidades necessárias à vida cotidiana (conforme definidas para cada contexto sócio-econômico) é

prejudicado quando os currículos são desenvolvidos de forma centralizada ou quando são projetados principalmente para preparar as crianças para o próximo grau de ensino - que não será alcançado por muitos - em vez de prepará-las para enfrentar os desafios da vida cotidiana. A qualidade da educação e a própria retenção do conteúdo do ensino são afetadas evidentemente pela disponibilidade de "inputs" essenciais: professores com treinamento e habilidades apropriados, material didático interessante e de qualidade e instalações e equipamentos adequados.

Recursos: Vários fatores determinam os recursos disponíveis para a educação. Em nível central, os fatores-chave incluem a parcela do orçamento governamental global canalizada à educação e a parcela do orçamento especificamente alocada à educação que será utilizada em prol da educação básica. Outros fatores são as contribuições feitas em nível local e regional por governos, comunidades, organizações não-governamentais e pelos próprios beneficiários, bem como o grau de eficiência alcançado no uso de tais recursos. Normalmente, a assistência internacional faz uma contribuição pequena - embora catalisadora - aos orçamentos globais reservados à educação. Diversas experiências demonstram a possibilidade de melhor utilização dos recursos existentes e de maior eficiência nos programas atuais. Contudo, todos os países reconhecem que os recursos existentes são insuficientes para proporcionar os "inputs" essenciais nas quantidades e com a qualidade necessárias. Portanto, meios de mobilizar maiores volumes de recursos precisam ser encontrados.

O envolvimento da sociedade na organização e no gerenciamento da educação: Todos os nove países enfrentam o desafio de gerenciar esforços de grande escala em busca da meta da Educação para Todos e de envolver todos os setores da sociedade nesse movimento. As respostas até agora adotadas têm se concentrado em diversas formas de descentralização e delegação de autoridade. Entretanto, permanecem numerosas questões operacionais: (a) como repartir autoridade e responsabilidade entre o governo central, os estados e províncias, os distritos e as comunidades; (b) como escolher os melhores meios de mobilizar recursos nos diferentes níveis e de outras fontes; (c) como os diversos níveis dos setores público e privado, de organizações não-governamentais, comunidades, famílias e alunos podem se reunir em uma grande aliança em busca de educação para todos.

II. Diretrizes de Ação na Educação Básica

Com base na Declaração de Nova Delhi sobre a Educação para Todos nos Nove Países de Grande População e em apoio aos seis compromissos específicos nela contidos, as diretrizes de ação abaixo objetivam ajudar e orientar países na formulação de estratégias específicas de implementação:

A. Garantia de educação básica para todas as crianças

Uma educação primária de qualidade assegurada a todas as crianças representa um alicerce sólido para a melhoria da qualidade dos recursos humanos de uma nação. Considerando que a maioria das crianças ainda não tem acesso aos benefícios de uma educação primária completa em cinco dos nove países e que problemas de igualdade e qualidade são evidentes em todos os países, a educação primária precisa ser mantida na posição de mais alta prioridade. Esforços são exigidos para assegurar que as crianças concluam os anos restantes do ciclo educacional básico.

Para garantir uma educação primária completa de qualidade aceitável a todas as crianças, será necessário seguir duas linhas de ação:

- (a) Em primeiro lugar, todo esforço possível terá que ser feito para garantir que a infraestrutura e as escolas existentes sejam utilizadas de forma eficiente e efetiva. Medidas que já se mostraram efetivas em muitos países abrangem:
- delegação de maior autoridade às comunidades e aos pais, tornando a escola responsável por seu desempenho perante a comunidade;
 - desenvolvimento e aplicação de critérios claros de desempenho aos orientadores pedagógicos e professores, proporcionando-lhes o apoio necessário para melhorar suas capacidades e habilidades no exercício de autoridade e responsabilidade;
 - formalização de acordos entre as comunidades e as autoridades escolares relativos aos requisitos e padrões educacionais;
 - medidas para assegurar a produção e distribuição de livros didáticos e outros materiais de valor pedagógico já comprovado;
 - introdução de escolas pequenas com diversas séries em áreas de baixa densidade demográfica, a fim de reduzir a distância que as crianças precisam percorrer para chegar à escola mais próxima;
 - oferta de instrução inicial na língua materna nos casos em que a instrução bilíngüe seja necessária.
- (b) Em segundo lugar, reconhecimento de que, em muitas situações, as crianças não podem ser atendidas adequadamente somente através do uso mais eficiente e efetivo das estruturas e instituições existentes. Em alguns casos, é simplesmente impossível ampliar as escolas convencionais com velocidade suficiente para abrigar todas as crianças. Em outros casos - crianças trabalhadoras e crianças de rua, por exemplo - os métodos, enfoques e cronogramas da escola convencional são inadequados para os alunos em questão. Existem também situações em que é difícil designar professores e operar escolas convencionais. Nessas circunstâncias, **programas flexíveis e não-formais** são necessários. Os aspectos essenciais de bem-sucedidos programas não-formais abrangem:
- utilização de paraprofessores originários da comunidade;
 - calendários anuais e programas diários flexíveis;
 - envolvimento ativo da comunidade e dos pais;
 - currículo simplificado centrado nas habilidades identificadas pela comunidade e exigidas pelo processo de aprendizagem e pelas demandas da vida cotidiana;
 - uso do idioma local na instrução inicial, quando possível;
 - parcerias entre ONGs e a comunidade;
 - medidas para garantir a disponibilidade dos materiais didáticos essenciais; e
 - uso de instalações existentes para manter despesas de capital nos níveis mínimos.

Programas alternativos criativos e bem-sucedidos tendem a se realizar em pequenas

unidades (servindo a um grupo específico ou a uma área específica de uma comunidade), a **custo baixo** (sem o supérfluo, mas com disponibilidade apropriada de materiais didáticos essenciais) e a se **relacionar mais profundamente às culturas e aos estilos de vida das comunidades** que atendem. Onde existem programas bem-sucedidos, devem ser estudados, repetidos e cuidadosamente redimensionados para poderem gerar impactos nacionais com preservação de sua qualidade original. A necessidade de uma diversidade de programas adaptados a situações e circunstâncias específicas precisa ser reconhecida e valorizada.

Os obstáculos à implementação da legislação existente a respeito da educação universal precisam ser examinados para que as condições necessárias à sua implementação eletiva possam ser criadas. Além disso, a opinião pública, os governos, organizações não-governamentais, comunidades, famílias e alunos mobilizados precisam ser informados, a fim de contribuir para a causa da educação para todos.

B. Apoio aos programas educacionais para jovens e adultos

Investimentos na educação primária e na alfabetização não são alternativas competitivas entre si; são meios **complementares** que contribuem à construção de uma sociedade alfabetizada e instruída. Em situações de recursos escassos, é necessário focalizar os programas cuidadosamente para gerar impacto máximo. Países com programas bem-sucedidos de educação de adultos e de alfabetização já tiram algumas lições importantes de sua experiência:

- Em geral, **os adolescentes e jovens adultos sem instrução escolar** e que enfrentam muitos anos de vida ainda pela frente são os candidatos mais motivados aos programas de alfabetização;
- Assim como no caso da educação primária, o conteúdo dos programas de alfabetização deve incluir os conhecimentos e habilidades exigidos pelas demandas da vida cotidiana, incluindo o raciocínio e o processo de tomada de decisões de impacto nas áreas da saúde e do bem-estar do aluno;
- **Pais jovens**, especialmente as mães, também são clientes importantes e altamente motivados para programas de alfabetização. Normalmente, estão ansiosos para aprender a cuidar melhor de seus filhos e, especialmente, a ajudá-los na escola.

A alfabetização produz os melhores resultados numa sociedade em que tanto as crianças quanto os adultos valorizam e utilizam na vida cotidiana as habilidades aprendidas no sistema educacional. Portanto, os programas de educação básica e de alfabetização para jovens e adultos - quando bem projetados e implementados - podem ser um **elemento essencial e efetivo de uma estratégia que vise a alcançar a educação primária universal**, sem constituir um peso a mais para os já poucos recursos orçamentários. Assim como a educação primária é um investimento para o futuro, os programas de alfabetização e pós-alfabetização representam um investimento tanto para o presente quanto para o futuro.

C. Eliminação de disparidades de acesso e de igualdade

Disparidades motivadas por sexo: Na maioria dos países e em partes de todos eles, moças e mulheres adultas não gozam de oportunidades iguais de participação na educação básica. Medidas urgentes são necessárias para resolver esse problema:

- os programas e as políticas de educação primária universal e de alfabetização de adultos precisam dar atenção especial à eliminação das disparidades motivadas por sexo;
- os muitos esforços bem-sucedidos que visam a promover a igualdade entre os sexos precisam ser examinados e as conclusões incorporadas às políticas e aos programas nacionais;
- é necessário um esforço especial para matricular moças adolescentes na educação primária e nos programas de alfabetização.

Embora o próprio conceito de igualdade exija tais medidas, os motivos vão muito além de um simples conceito: as mulheres instruídas terão oportunidades ampliadas para desenvolver seu potencial e participar mais ativamente e com maior sucesso em todos os aspectos da sociedade, assim melhorando o bem-estar de suas famílias. Ao mesmo tempo, haverá maior probabilidade de enviar seus filhos à escola e mantê-los nela. A instrução das mulheres e das moças é também o investimento em educação que normalmente gera os maiores retornos. Assim, superar as disparidades provocadas por sexo é um imperativo do desenvolvimento.

Alcançando outros grupos alienados: Conforme foi dito acima, a experiência demonstra que não é provável que os grupos tradicionalmente alienados do sistema escolar - crianças de rua, crianças trabalhadoras, populações nômades ou localizadas a grande distância das escolas, minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e outros grupos e áreas atingidos por uma diversidade de desvantagens - sejam alcançados pela simples expansão do sistema. Tais grupos não podem adaptar suas vidas facilmente aos horários e requisitos impostos pelas escolas. Portanto, maior prioridade precisa ser atribuída a enfoques alternativos criativos - alguns dos quais já citados acima - capazes de alcançar os grupos alienados e atender às suas necessidades de aprendizagem.

O potencial das tecnologias de comunicação: As populações grandes e as enormes áreas geográficas apresentam necessidades, oportunidades e desafios especiais para a utilização das tecnologias de comunicação e da mídia de massa na educação. Muitos dos nove países já reconheceram o potencial da mídia a ponto de adaptá-la a programas de educação a distância, tais como universidades abertas e cursos por correspondência. Emissoras educativas de rádio e televisão - algumas com transmissão via satélite - já foram desenvolvidas. Contudo, quase todo o potencial educacional das tecnologias disponíveis permanece ainda inexplorado. Os instrumentos variam da mídia impressa e eletrônica às comunicações interativas, baseadas em computadores, gravações audiovisuais e uma diversidade crescente de outras possibilidades. Os países grandes e populosos têm motivos e recursos para assumir um papel de liderança nesta área.

D. Melhorando a qualidade e a relevância da educação

Conteúdo: Os currículos e o conteúdo da educação primária e de outras formas de educação básica precisam ser revistos sob um prisma crítico, a fim de garantir que incluam o **conhecimento e as habilidades que os alunos precisarão para enfrentar os desafios da vida cotidiana.**

Quais são essas habilidades e conteúdos? **Certamente, incluem os itens** seguintes: raciocínio, resolução de problemas, acesso à informação e sua **utilização**, o processo de escolha e a análise de questões éticas. As questões de saúde, **população e meio ambiente oferecem** muitas possibilidades **para o** desenvolvimento dessas **habilidades. Além disso, a educação** básica deverá

levar a um **domínio sólido das habilidades de leitura, escrita e aritmética** e ao conhecimento de um conjunto limitado, mas bem selecionado, de informações práticas e **habilidades necessárias à vida**. Assim, serve como base para o aluno poder continuar sua educação por conta própria ou no nível secundário. Como foi dito na Declaração Mundial de Educação para Todos, a educação básica não deve ser concebida como um fim em si, mas como **fundamento para um processo de aprendizagem que durará a vida inteira**.

Relevância cultural: A educação básica deve ser projetada não apenas para proporcionar os conteúdos essenciais do processo de aprendizagem, mas também para desenvolver uma consciência crítica do contexto cultural e social específico do indivíduo, com o cuidado necessário para não alienar o aluno de suas raízes: sua família, comunidade e meio ambiente.

Linguagem de instrução: Se a língua de ensino for diferente da língua materna do aluno, a aprendizagem inicial será mais lenta e produzirá resultados menores. Por esse motivo, há muito tempo, os educadores vêm defendendo os benefícios da **instrução inicial na língua materna do aluno**, mesmo se subseqüentemente os alunos tiverem que aprender um idioma nacional ou uma outra língua mais amplamente utilizada para poderem participar efetivamente da sociedade maior em que vivem.

O desempenho e o papel dos professores: O papel do professor é central na educação básica. Praticamente todas as questões importantes, sejam relacionadas a metas, aos resultados do processo de aprendizagem, à organização dos programas ou ao desempenho do sistema educacional, envolvem uma análise do papel dos professores: seu comportamento, desempenho, remuneração, incentivos, habilidades e a maneira como são utilizados pelo sistema. Mais especificamente, o modelo tradicional de recrutamento e preparo de professores têm que ser revistos à luz da meta central da educação básica: o ensino de conhecimentos essenciais e habilidades necessárias à vida. Os professores mais experientes e os diretores das escolas devem ser profissional e intelectualmente capazes de assumir um papel de liderança na comunidade, bem como de proporcionar apoio aos professores menos experientes e aos para professores menos qualificados. Juntamente com a preocupação com o "status" e os direitos dos professores, deve haver também uma preocupação equilibrada com a responsabilidade e responsabilização dos professores como dimensão básica do seu importante papel.

Desenvolvimento na infância: A Declaração Mundial de Educação para Todos exortou todos os países a ampliarem "as atividades de cuidado e desenvolvimento na primeira infância, incluindo intervenções em nível de família e comunidade, especialmente no caso de crianças pobres, desfavorecidas e deficientes." A questão crítica que surge - especialmente naqueles países em que a maioria das crianças não conclui o primeiro grau - é a prioridade relativa a ser atribuída à educação na infância.

- Em geral, parece importante evitar uma expansão rápida de investimentos governamentais em programas pré-escolares institucionalizados que, normalmente, atendem apenas a uma minoria privilegiada de alunos.
- Entretanto, muitas crianças - talvez a maioria - nos países em desenvolvimento, sofrem de diversas formas de desvantagem e se beneficiariam enormemente de melhor nutrição e cuidado com a saúde bem como de maior estímulo intelectual e apoio emocional.

- **Os primeiros anos da vida de uma criança, incluindo o período intra-uterino são os mais críticos do processo de desenvolvimento.** O não-atendimento às necessidades nutricionais e de saúde das crianças menores pode acarretar danos neurológicos, capazes de tornar inúteis esforços futuros de educação e desenvolvimento. Os países reconhecem essa necessidade e os programas modestos e de baixo custo, mas bem-sucedidos, já implementados em vários países, precisam ser ampliados rapidamente.
- O desafio é oferecer programas de qualidade na área de cuidados e desenvolvimento das crianças menores, compatíveis com a realidade financeira do país. Frequentemente, tais programas serão fundamentados na comunidade ou em ONGs e trabalharão nas áreas de saúde, nutrição e outros serviços comunitários, como parte do enfoque total, convergente e integrado da EFA, visando a atender às necessidades dessas crianças. Um elemento chave desse enfoque integrado é o preparo dos pais e membros da família, através da transmissão dos conhecimentos e habilidades exigidos, para entender e atender às necessidades de desenvolvimento das crianças.

O cuidado, o desenvolvimento e a educação das crianças menores são um dos pilares centrais da iniciativa de Jomtien, bem como um elemento reconhecido nas estratégias educacionais de todos os nove países.

Avaliação e monitoramento de aprendizagem: A Conferência Mundial de Educação para Todos enfatizou o atendimento às necessidades de aprendizagem e não apenas a matrícula escolar dessas crianças ou o tempo passado na escola ou em outros programas educacionais. Portanto, para medir o progresso alcançado na educação básica, é essencial **definir áreas e níveis de resultados**, desenvolver métodos e instrumentos simples e amplamente aplicáveis de monitoramento, a fim de avaliar a aprendizagem nessas áreas, incluindo, por exemplo, a utilização periódica de instrumentos de amostragem.

Sistema de informações para o gerenciamento educacional. O sistema é necessário para permitir o monitoramento da educação básica: isto é, para garantir a continuidade do progresso e, quando necessária, a adoção de medidas corretivas. Este tipo de sistema tem que ser simples, robusto e projetado para permitir a elaboração de conclusões a respeito do progresso e dos problemas. **Alguns poucos indicadores** devem ser selecionados, e informações a respeito deles devem ser colhidas **sistematicamente**, em todos os níveis, do local ao nacional. Esses indicadores podem incluir a percentagem de crianças de idade escolar, efetivamente matriculadas, nas escolas ou em programas equivalentes, e a percentagem de crianças da faixa etária específica que, efetivamente, conclui o primeiro grau e a taxa de declínio do processo de evasão escolar, especialmente entre as meninas. O processo deve ser público, com a participação dos pais, em todos os níveis, na análise e na interpretação das conclusões. Assim, será possível manter vivo o interesse público no progresso alcançado.

Frequentemente, os fatos e números mais essenciais a respeito da educação primária carecem de confiabilidade. Informações relativas às matrículas líquidas (por faixa etária específica), por exemplo, são imprecisas, como também os dados a respeito das taxas de evasão, repetência e conclusão. Os sistemas de mensuração de resultados são muito deficientes. Dados relativos ao analfabetismo também representam um problema importante, especialmente no caso do analfabetismo funcional.

Metas intermediárias: Para assegurar progresso constante, os diversos países estabeleceram **metas intermediárias, claramente definidas**, a serem alcançadas até o ano 2000. Muitos já haviam estabelecido metas intermediárias nos seus planos nacionais de EFA e nos seus programas nacionais de desenvolvimento. Tais metas devem ser ambiciosas e, ao mesmo tempo, realistas. Precisam ser revistas e ajustadas periodicamente, conforme as necessidades de cada país. As referidas metas intermediárias derivam dos objetivos estabelecidos pela Conferência Mundial de Educação para Todos e da Cúpula Mundial da Criança, e os planos nacionais de ação projetados para implementá-las devem concentrar-se nos fatores seguintes:

- ampliação das oportunidades de cuidados na primeira infância, especialmente para as populações menos favorecidas;
- melhoria das taxas de matrícula e conclusão na educação primária, a fim de se aproximar aquela sempre mais à meta de matrícula e conclusão universais;
- redução das disparidades geradas por sexo, nas taxas de matrícula e conclusão na educação primária;
- redução das taxas de evasão e repetência na educação primária;
- aumento dos níveis de resultados na educação primária;
- expansão de programas de educação adulta bem direcionados, a fim de melhorar as habilidades de alfabetização dos adultos.

A definição e a realização de tais metas, até meados da década, representariam evidência positiva de progresso em direção à meta final de educação para todos, diante de diversos foros internacionais, e teriam um impacto importante em todos os países do mundo.

E. Atribuindo a mais alta prioridade à educação básica

A experiência dos nove países sugere diversas lições a respeito da mobilização e utilização efetiva de recursos para a educação básica, no contexto das prioridades de desenvolvimento humano de um país:

- Há necessidade de uma estratégia global de **mobilização de recursos adicionais** tanto do setor público quanto do setor privado, a fim de assegurar progresso em direção às metas de cada país no setor de educação básica;
- Mas há uma necessidade igualmente urgente de **utilizar recursos existentes, de forma mais eficaz**. O desperdício provém de diversos fatores: a incapacidade de proporcionar todos os "inputs" essenciais de forma oportuna, gerenciamento fraco e alocação desequilibrada de recursos. Em muitos países, atividades estão em andamento, com o objetivo de fortalecer os sistemas de gerenciamento educacional e melhorar a eficiência, através de enfoques e técnicas, tais como o gerenciamento participativo, aplicação rigorosa de critérios de desempenho e responsabilização.

Cada país tem seu sistema próprio de financiamento educacional, determinado pela disponibilidade de receitas públicas, pelas estruturas e práticas administrativas, pelos precedentes e normas históricas e pelo nível de aceitação política de mudanças. Entretanto, em geral, é possível defender solidamente a **realocação e reestruturação de recursos nacionais e locais** e de orçamentos governamentais no futuro, bem como a alocação de recursos adicionais à educação

básica e a criação das condições necessárias para a mobilização de volumes maiores de recursos de diversas fontes para a educação básica e sua utilização mais eficiente. Uma dessas condições seria maior controle sobre o uso de recursos em nível local, pelas comunidades.

Assistência internacional: Tradicionalmente, a assistência internacional à educação tem proporcionado uma percentagem baixa da assistência total, especialmente, no caso da educação básica. Isso se deve principalmente ao fato de os doadores terem uma preferência tradicional por grandes projetos intensivos em capital. Em contrapartida, a educação básica exige relativamente pouco investimento em infra-estrutura, mas despesas substanciais com pessoal e material. Recentemente, os doadores tradicionais de recursos para a educação básica vêm se deslocando dos grandes projetos intensivos em capital, das aquisições de material importado e da assistência técnica estrangeira e começam a prestar maior apoio aos custos recorrentes e locais dos programas de educação básica, ou a prestar apoio político e estratégico, a fim de fortalecer o setor educacional como um todo, especialmente entre os países mais necessitados e as populações mais carentes. Também começam a perceber apoio à educação básica como investimento genuíno. Essas mudanças na política e nas práticas de assistência externa precisam ser intensificadas.

F. Mobilização de todos os setores da sociedade

Planejamento e gerenciamento em nível local e comunitário: A descentralização e o conseqüente envolvimento maior das comunidades, no planejamento e gerenciamento dos serviços sociais, são tendências em todos os nove países. As experiências dos países ou áreas que já conseguiram os maiores progressos, em busca da meta de educação para todos, sugerem várias lições úteis:

- Os mecanismos de planejamento e gerenciamento local, mobilização social e monitoramento, representados pela administração civil local, autoridades educacionais, lideranças comunitárias e organizações comunitárias funcionam melhor quando são estabelecidos em áreas geográficas suficientemente pequenas, para assegurar a possibilidade de convergência e participação comunitária expressiva;
- Tais mecanismos têm sido bem-sucedidos no gerenciamento de sistemas unificados de educação básica - compostos de programas formais e não-formais - nas localidades atendidas. A entidade local, por exemplo, identifica todas as crianças de idade escolar e garante sua matrícula e permanência na educação primária. Onde tais enfoques já foram implementados, conseguiram acelerar o progresso, em direção à meta de educação primária universal.

Todos os países já experimentaram ou introduziram variadas formas de descentralização ou de gerenciamento comunitário das escolas. Tais experiências merecem exame crítico, ao mesmo tempo em que as experiências de países diferentes devem ser comparadas, e as medidas políticas, legislativas e administrativas tomadas para aumentar a autoridade decisória e gerencial das comunidades.

A construção de alianças e um consenso nacional: Alcançar a meta de educação básica para todos exige que seja percebida como **prioridade nacional** e não apenas como mais uma tarefa do Ministério da Educação. O que se precisa é uma **grande aliança fundamentada em educação para todos** e um consenso voltado à criação de uma sociedade em aprendizagem.

- A aliança deve abranger todos que têm algo a ganhar com a realização da meta de educação para todos e que podem contribuir para essa meta: a família, comunidade, organizações voluntárias, grupos profissionais, trabalhadores, a mídia, partidos políticos, cooperativas, universidades, organizações religiosas, os diversos níveis de governo, educadores e autoridades educacionais;
- As lideranças políticas e governamentais e as autoridades educacionais precisam tomar a iniciativa de criar as condições exigidas pela formação da aliança;
- Um passo essencial é estimular uma discussão nacional a respeito da educação para todos e criar ou fortalecer as estruturas locais de gerenciamento da educação básica nas quais todos podem participar e, através das quais, podem contribuir para a promoção da educação para todos nas suas comunidades;
- Os pontos principais de concordância nacional precisam ser incorporados à legislação apropriada, e medidas administrativas precisam ser implementadas, para que institucionalizem a contribuição de todos os setores;
- **A continuidade de esforços e objetivos** é essencial para alcançar o objetivo de educação para todos. Muitos dos relatórios de países enfatizam que as mudanças de políticas, prioridades e programas que acompanham mudanças de governo ou de lideranças levam a perdas de continuidade e direção. É urgentemente necessário que todas as partes reconheçam que a educação para todos é uma questão de **sobrevivência e bem-estar nacional** que transcende a diversidade de opiniões e posições políticas.

ELL Cooperação entre os Nove Países e o Futuro

Os países grandes e populosos enfrentam problemas comuns de planejamento e gerenciamento de sistemas de educação básica em grande escala e podem se beneficiar de uma partilha de experiências. Todos os países enfrentam problemas como, por exemplo, a divisão de responsabilidades e autoridade entre os diferentes níveis de governo, a mobilização de recursos, identificação de formas econômicas de alcançar as populações menos favorecidas e o estabelecimento de sistemas efetivos de monitoramento. Embora normalmente não seja possível simplesmente transportar um modelo de um país para outro, a grande diversidade de esforços feitos para resolver problemas comuns ou similares em países diferentes, oferece uma base valiosa para análises comparativas, capazes de ampliar o leque de opções e de esclarecer as conseqüências de diferentes cursos de ação.

Um Acordo: Uma iniciativa Conjunta a respeito da Educação a Distância. Os nove países concordaram em trabalhar em colaboração numa iniciativa de educação a distância, tanto para valorizar o treinamento de professores e outros recursos humanos quanto para alcançar mais facilmente os grupos recém-alfabetizados ou marginalizados. A iniciativa será adaptada às necessidades específicas e às tradições de cada país, com a finalidade de valorizar os esforços existentes e fazer uso de novas tecnologias. Por sua vez, as agências internacionais relevantes estarão prontas para apoiar, facilitar e coordenar as iniciativas, através de estudos de avaliação, da realização de reuniões, de formas de construção de capacidades e da busca de fontes financeiras de apoio.

Uma partilha mais sistemática de experiências poderia ser benéfica para todos os países.

A organização dos meios necessários para esta partilha representaria um resultado valioso da Cúpula de Educação para Todos:

- Reuniões já programadas em que esses países se encontram, tais como as Conferências Gerais da UNESCO e as diversas reuniões ministeriais, poderiam ser utilizadas como oportunidades para trocas de experiências obtidas, desde a reunião de cúpula de Nova Delhi, pelos nove países em desenvolvimento de maior população;
- Outra reunião de cúpula poderia ser convocada por um dos países, ao final ou antes do final da década, para analisar o progresso alcançado e definir novas metas;
- Fundamentando-se nas redes regionais já existentes, uma rede específica dos nove países poderia ser estabelecida e, assim, se beneficiar da iniciativa, coordenação e apoio ativo da UNESCO, do UNICEF, do UNFPA e da comunidade internacional;
- No contexto desta rede, reuniões em nível ministerial e do alto escalão dos nove países poderiam ser organizadas, conforme as necessidades, nos anos intermediários e de acordo com os temas e necessidades especiais que possam surgir.

O progresso do movimento de Educação para Todos é, naturalmente, uma questão de preocupação e interesse mundial. O sucesso desses nove países - dentre os quais todos exercem papéis de liderança nas suas regiões- dará um novo impulso aos esforços empreendidos em todos os países. Assim, é importante que os outros países tomem conhecimento das experiências e das lições dos nove. As revisões programadas para meados da década, a respeito da Cúpula Mundial da Criança e da Década de Combate ao Analfabetismo, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, programada para 1994, a Conferência Internacional sobre a Mulher e a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, ambas programadas para 1995, oferecerão oportunidades excelentes para os nove países partilharem com a comunidade mundial suas experiências e seus progressos em busca das metas definidas para meados desta década.

"A iniciativa dos nove países e o compromisso assumido por seus líderes com as metas de educação para todos e com a promoção da cooperação internacional no setor de educação criam condições favoráveis para apoio e assistência internacionais apropriados. O objetivo central da cooperação internacional deve ser a promoção de autonomia nacional, através do desenvolvimento de capacidades endógenas, na formulação e implementação de políticas efetivas de educação para todos. É essencial que os países e seus parceiros internacionais se envolvam num diálogo permanente, visando a esclarecer prioridades, a identificar problemas, a detectar questões emergentes e os meios e caminhos pelos quais devem conduzir a assistência internacional, a fim de obter o retorno máximo da promoção de autonomia e progresso sustentado". A criação das condições necessárias para a cooperação internacional genuína e efetiva é responsabilidade conjunta de cada país e dos seus parceiros internacionais.

A realização das aspirações da Declaração de Nova Delhi representará uma melhora dramática nas estatísticas relativas à educação global. A história recordará este feito como capítulo importante do progresso humano e da história de cooperação internacional. Em conjunto, os nove países e a comunidade internacional precisarão garantir que esses resultados sejam plenamente alcançados.

DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DIRETOR GERAL DA UNESCO SOBRE
EDUCAÇÃO PARA TODOS

Distintos Chefes de Estado e de Governo,
Ministros,
Colegas,
Excelências,
Senhores e Senhoras,

Em meados deste século, H. G. Wells percebeu que "De forma crescente, a história humana está se transformando numa corrida entre a educação e a catástrofe". Nestes últimos anos do século vinte, não é preciso ser visionário para perceber a exatidão das palavras de Wells. Hoje, aumenta o reconhecimento que a educação é de fundamental importância para a resolução dos desafios enfrentados pela sociedade humana: domínio da trajetória descontrolada de crescimento populacional, promoção do desenvolvimento como objetivo de aliviar a pobreza e a miséria, proteção ao meio ambiente e incentivos à formação de atitudes de tolerância e compreensão mútua capazes de levar a paz para cada país e entre as nações do mundo. Assim, a educação não é apenas um direito humano, mas uma necessidade social.

O presidente Mubarak definiu a educação como "uma questão de segurança nacional para o Egito". A constatação é verdadeira não apenas para o Egito, mas para todas as nações. Está se tornando evidente que a educação não pode ser tratada de forma rotineira. Quando países sofrem desastres naturais, declaram o estado de emergência. Será que podemos fazer menos ao percebermos que o futuro dos nossos países está sendo gravemente ameaçado por sistemas educacionais inadequados? Exorto todos os países aqui representados a considerar a possibilidade de declarar um "estado de emergência educacional" a durar até o fim do século, ou até alcançar o objetivo duplo de educação primária universal e de uma redução significativa da população adulta analfabeta. Assim, demonstraríamos o nosso compromisso com a Educação Para Todos como objetivo prioritário.

Senhor primeiro-ministro Narasimha Rao, estamos extremamente gratos a Vossa Senhoria por ter reconhecido a urgência da situação e por ter oferecido esta oportunidade de reunirmo-nos em Nova Delhi. A resposta tão positiva dos líderes mundiais aqui reunidos confirma minha crença de que com lucidez, coragem e compromisso, a corrida entre a educação e a catástrofe pode ser ganha.

Juntos, os nove países participantes — Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão — constituem mais do que a metade da população mundial, incluindo dois terços dos analfabetos adultos e a maior parte das crianças que não têm acesso à educação. Assim, é evidente que não pode haver progresso global significativo no campo educacional sem progresso em seus próprios países. Como líderes dos países mais populosos do mundo, têm uma responsabilidade muito especial perante a comunidade internacional. O destino da Educação para Todos está nas suas mãos juntamente com tudo que representa este movimento para o nosso futuro individual e coletivo.

Mas não é necessário recordar esta sua responsabilidade tão especial, pois já a reconheceram e estão agindo. Menos de quatro anos após a convocação da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, as matrículas no primeiro grau de crianças em idade escolar já aumentaram mais de 40 milhões. No caso do nosso país anfitrião - a Índia -

estima-se que mais de 16 milhões de crianças foram incorporadas ao sistema primário de educação do que teriam sido incorporadas se tivéssemos continuado a tratar a educação através de um enfoque rotineiro e tradicional. Aqui e em outros países, há um novo senso de urgência e missão. Problemas difíceis estão sendo enfrentados e, quando os métodos tradicionais se mostram ineficazes, abordagens criativas são adotadas.

Como exemplo, cito os esforços engenhosos que estão sendo feitos na Índia, sob a liderança do primeiro-ministro Rao, através de programas de educação primária não-formais para alcançar crianças até então consideradas inalcançáveis. Conforme demonstrado pelo trabalho do Centro de Educação Rural na Província de Hebei, a China também está encontrando sucesso nos seus esforços de enfrentar os desafios imensos da educação rural. No contexto muito difícil do Brasil, estou impressionado com a iniciativa tomada pelo presidente Itamar Franco de levar a educação às crianças desafortunadas, através do programa PRONAICA e sua estratégia totalmente norteada às crianças, e de suas ações pessoais em benefício das crianças de rua.

Se os esforços e compromissos forem sustentados daqui até o final do século, mais de 90% das crianças dos nove países estarão matriculadas em escolas primárias, em comparação aos menos de 80% em 1990. Mas o sucesso alcançado vai muito além do número de matrículas. Programas estão em andamento em todos os países para melhorar a qualidade e a relevância da educação, e para assegurar que a educação primária universal sirva como alicerce de um sistema genuíno de aprendizagem que durará para a vida toda de nossas crianças.

Em poucas palavras, a prova de que a Educação para Todos é possível está no fato de que está sendo alcançada na maioria dos seus países. Ou seja, eles sabem o que tem que ser feito para transformar a Educação para Todos em realidade, e estão tomando as medidas apropriadas.

Entretanto, não nos reunimos em Nova Delhi para parabenizar-nos pelos sucessos alcançados, mas para renovar nosso compromisso com uma tarefa ainda inacabada. Há uma área específica em que a situação permanece crítica em muitos países — a educação de mulheres e moças — e sei também que há uma preocupação prioritária da primeira-ministra Bhutto. No Paquistão, as mulheres representam apenas cerca de um terço das matrículas no primeiro grau. As desigualdades provocadas por sexo representam problemas sérios também em Bangladesh, Egito, Nigéria e Índia. Em maior ou menor grau, as mulheres e moças foram relegadas a posições de desvantagem em todos os nossos países. Portanto, é um campo em que o intercâmbio de experiências nacionais teria muito a contribuir. Por exemplo, a Indonésia, orientada pela sábia liderança do presidente Suharto, praticamente já alcançou a meta de igualdade entre os sexos no campo educacional e tenho certeza que estaria disposta a partilhar suas experiências com outros países no período subsequente à Cúpula.

A educação de moças é uma das questões mais urgentes e importantes da nossa época. Não é apenas o último grande obstáculo à educação primária universal, mas é essencial à redução das taxas de fertilidade e de mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, os benefícios da educação de mães são cumulativos, pois maior será a probabilidade de proporcionar educação às suas filhas no futuro e assim por diante. Assim, num sentido muito concreto, é um ponto em que se pode quebrar o ciclo de analfabetismo e miséria, e iniciar um novo ciclo de educação

e progresso.

É impossível enfatizar em demasia a urgência de Educação para Todos, especialmente no caso das mulheres e moças. A educação é o único meio eficaz e humano de breicar o processo de rápido crescimento demográfico. Hoje, a população de seus países é maior do que era a população mundial em 1950. A cada hora do dia, a população mundial aumenta em 10.000 pessoas, 250.000 por dia ou 100 milhões por ano. O espaço e os recursos finitos do planeta Terra não podem mais sustentar um crescimento exponencial dessa grandeza. Se não investirmos todos os nossos esforços e dedicação na educação, perderemos a corrida, e o equilíbrio entre o homem e a natureza será determinado por desastres inimagináveis, mas evitáveis. A escolha é nossa e a hora de agir já chegou. É o que a matemática populacional e a ética do tempo nos dizem.

A Educação para Todos não é apenas um desafio histórico, mas uma oportunidade sem precedentes. Seus países — alguns dos quais, como a Índia, representam o berço da civilização humana — constituem uma enorme fonte de talento humano e riqueza cultural. A educação é um instrumento de revivificação de glórias passadas e de desenvolvimento de potencial inexplorado de forma apropriada a um mundo em crescente interdependência. O presidente Salinas acertou quando afirmou no início de seu mandato: "Se entrarmos com atraso na revolução de conhecimento, cancelaremos o nosso próprio futuro". A educação é a chave para a mobilização de mentes em prol do progresso das nossas sociedades e do bem comum da humanidade em geral. Por este motivo, os resultados desta Cúpula terão impacto decisivo nos preparativos para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, a realizar-se em Copenhague em 1995.

Excelências,

Senhoras e Senhores,

A Educação **para** Todos implica educação **por** todos. Exige a mais ampla parceria possível, não apenas em nível nacional, mas também em nível internacional. O Sistema das Nações Unidas, que o Secretário Geral pediu que eu representasse nesta Cúpula, demonstra seu compromisso pleno com este empreendimento. É um prazer estar aqui hoje na presença dos chefes das duas organizações que, juntamente com a UNESCO, são co-patrocinadoras desta Cúpula: o Dr. Nafis Sadik, diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e o Sr. James Grant, diretor da UNICEF, bem como de representantes de alto nível do Banco Mundial e do PNUD, que foi co-patrocinador da Conferência de Jomtien. A presença de grande número de representantes de outras organizações intergovernamentais e não-governamentais enfatiza o papel importante que elas também cumprem na aliança de Educação para Todos.

A comunidade internacional, especialmente através do Sistema das Nações Unidas, cumpre um papel estratégico nos seus esforços individuais e coletivos em busca da Educação para Todos. Entretanto, somos forçados a dizer que não está fazendo o bastante. Já sublinhei sua responsabilidade perante a comunidade mundial como líderes dos países mais populosos. Agora, chegou a hora de proclamar — em alto e bom som — a responsabilidade recíproca da comunidade mundial e de seus líderes perante os seus países. Os problemas que estão se

esforçando para resolver—inclusive as imensas desigualdades, que representam uma afronta à consciência humana — constituem ameaças não apenas nacionais, mas de âmbito internacional. É de interesse vital a todas as nações encontrar soluções. Aqueles países que tenham maiores recursos a compartilhar devem compartilhá-los com maior generosidade. Seus líderes devem ter visão suficiente para perceber que as ameaças à segurança global estão se modificando e devem demonstrar vontade política de agir com base nesta percepção.

Essa tem que ser uma das mensagens principais desta Cúpula. Se a mensagem for recebida e compreendida, se a comunidade mundial resolver tomar a educação o instrumento de promoção de maior igualdade, de redução de fertilidade e de desenvolvimento humano em escala mundial, então a Cúpula de Nova Delhi será lembrada como divisor das águas da cooperação internacional. Assim, Nova Delhi marcará o início de uma nova aurora para todos os povos da terra.

Revisão de Textos: Luís André Barreto (2073-STIGB)

Editoração Eletrônica: STARTGRAPHIC - Fone: (061) 322-5787



"A iniciativa dos nove países e o compromisso assumido por seus líderes com as metas de educação para todos e com a promoção da cooperação internacional no setor de educação criam condições favoráveis para apoio e assistência internacionais apropriados. O objetivo central da cooperação internacional deve ser a promoção de autonomia nacional, através do desenvolvimento de capacidades endógenas, na formulação e implementação de políticas efetivas de educação para todos. É essencial que os países e seus parceiros internacionais se envolvam num diálogo permanente, visando a esclarecer prioridades, a identificar problemas, a detectar questões emergentes e os meios e caminhos pelos quais devem conduzir a assistência internacional, a fim de obter o retorno máximo da promoção de autonomia e progresso sustentado."

(Cúpula "Educação para Todos" (EFA) dos Nove Países em Desenvolvimento mais Populosos)



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)